

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÃO EM MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE DO ESTADO DO PARANÁ

Nathália Aguiar Melani (Universidade Estadual de Maringá)

Franciele de Farias Bueno (Universidade Estadual de Maringá)

Kildery Lorean Maximo Clemente (Universidade Estadual de Maringá)

Nicoli da Silva Leite (Universidade Estadual de Maringá)

Kerla Mattiello (Universidade Estadual de Maringá)

Iasmini Magnes Turci Borges (Universidade Estadual de Maringá)

ra134676@uem.br

Resumo:

O Termo de Cooperação SETI/MP/IEES nº 01/2024 entre Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia – SETI e o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), por meio da Escola Superior do Ministério Público do Paraná (ESMPPR), o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária (CAOPPPOT) e o Centro de Apoio Técnico à Execução (CAEx) permitiu que o presente estudo fosse realizado. O estudo buscou avaliar a execução orçamentária da despesa dos municípios de grande porte do Estado do Paraná, no período de 2018 a 2023. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa, de abordagem bibliográfica e documental, com análise de dados históricos. Os municípios analisados foram: Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Cascavel. Os dados foram coletados nos Portais da Transparência de cada município. Foram selecionadas as seguintes funções para análise: cultura, esporte e lazer, segurança pública, assistência social e transporte. Os achados desta pesquisa revelam que a parcela do orçamento total destinadas as secretarias de transporte, esporte, segurança pública, cultura e assistência social entre os anos de 2018 e 2023 é de 0 a 4% para cada secretaria. E ainda, muitos municípios não executam todos esses valores orçados. Ficou evidente que municípios como Londrina têm alta taxa de execução orçamentária. Enquanto Cascavel, enfrenta dificuldade na aplicação dos recursos planejados. Os achados apontam que a assistência social é a maior prioridade orçamentária entre as secretarias analisadas, enquanto áreas como cultura e transporte têm recebido menor atenção em termos de destinação e execução de recursos.

Palavras-chave: Transparência Pública; Portais de Transparência; Despesas por função; Execução Orçamentária.

1. Introdução

A execução orçamentária da despesa pública desempenha um papel central na gestão financeira dos entes federativos, uma vez que é por meio dela que se verifica a efetiva aplicação dos recursos nas áreas prioritárias definidas em leis como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Portanto, a análise criteriosa desses instrumentos permite acompanhar o planejamento e a execução das políticas públicas, assegurando que o gasto público esteja alinhado aos objetivos estabelecidos e à necessidade de eficiência administrativa. Dessa forma, a pesquisa apresenta como questão norteadora: Qual o comportamento da execução orçamentária das despesas por função dos municípios de grande porte do Estado do Paraná, no período de 2018 a 2023? O estudo tem como objetivo avaliar a execução orçamentária da despesa dos municípios de grande porte do Estado do Paraná, no período de 2018 a 2023. Sendo assim, o foco deste estudo recai sobre a ação dos estudantes participantes em entender estas informações e divulgar para a sociedade, para auxiliar uma cidadania mais ativa.

2. Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, com caráter descritivo. Foi conduzida uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise de dados históricos (*ex-post-facto*), visando compreender o comportamento da execução orçamentária das despesas por secretarias dos municípios de grande porte do Estado do Paraná, no período de 2018 a 2023. A população do estudo abrange os municípios de Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Cascavel. Os dados sobre a execução orçamentária foram obtidos por meio de consulta aos Portais de Transparência dos municípios analisados. Para a análise de cada município, foram considerados valores orçados e liquidados por função.

3. Resultados e Discussão

Essa seção apresenta a análise da execução orçamentária dos cinco municípios analisados: Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Na análise das funções em Foz do Iguaçu, identificam-se variações expressivas nos percentuais de liquidação entre os anos. A **Segurança Pública** apresentou um comportamento bastante irregular, com um pico inicial de 83,41% em 2018, seguido

por uma queda significativa nos anos subsequentes, atingindo o ponto mais baixo em 2022, com apenas 9,33%, antes de recuperar-se para 87,75% em 2023. Já os municípios de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, revelam uma execução orçamentária relativamente mais equilibrada em relação a Foz do Iguaçu na função de Segurança Pública. O município de Cascavel se destaca com os menores percentuais executados, sendo a execução do orçamento para a função de Segurança Pública, em média de 45% no período analisado. Ao contrário de Ponta Grossa, em que obteve os maiores percentuais de execução orçamentária, atingindo seu ápice no ano de 2023 quando executou aproximadamente 96% do orçamento para a função de Segurança Pública.

Nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, a execução orçamentária da função **Assistência Social**, por sua vez, revelou maior estabilidade. Nessa função, o município de Ponta Grossa se destaca como o que menos executou do orçamento, sendo executado apenas 58,6% aproximadamente. Já os outros municípios executaram um percentual maior sendo: Foz do Iguaçu 78,9%, Londrina 78,5%, Maringá 77,4% e Cascavel 69,9%.

As despesas com a função de **Cultura** no município de Foz do Iguaçu apresentaram percentual de 23,66% em 2020 e 59,96% em 2018. O município de Ponta Grossa apresentou 83,6% de execução orçamentária em 2022 e 81,00% para 2023. A função Cultura para o município de Londrina destacou-se pela estabilidade, com percentuais de liquidação variando entre 52,36% e 75,99%. O município de Cascavel foi o que executou menor despesa para a função de Cultura, sendo em média 29,39% no período analisado, sendo que o maior valor executado foi em 2021 (41,89%) seguido do menor valor em 2022 (21,73%).

O percentual que mais chamou atenção no que se refere a função de **transportes**, foi o município de Foz do Iguaçu, uma vez que apresentou execução orçamentária apenas no ano de 2020, sendo esse um percentual acentuado (176,62%). E ainda, o município de Londrina não apresentou valores para essa função. O município de Cascavel executou despesas com a função de transporte aproximadamente, em média, 10% do orçamento em cada ano analisado. Já para o município de Ponta Grossa, o percentual de execução orçamentária oscila entre 11 e 38,9%. O destaque positivo para a função de transporte é o município de Maringá que

apresentou crescimento expressivo dos percentuais executados no decorrer dos anos analisados, conforme observado no Gráfico 4. Durante o período analisado, esse município executou 57,4% das despesas orçadas com a função de transporte.

Na Função **Esporte**, o município de Londrina demonstrou resultados regulares, sendo o único município a executar valores maiores que 60% em relação ao orçado. E ainda, foi o único que alcançou 100% de execução em um dos anos analisados, sinalizando um orçamento elaborado de forma adequada. O município de Foz do Iguaçu apresentou oscilações notáveis no período analisado, com percentuais entre 52,42% e 83,63%, evidenciando momentos de maior priorização intercalados por períodos de menor execução orçamentária. O município de Maringá executou apenas aproximadamente 45% por ano do orçamento elaborado, apresentando decréscimos sucessivos até o ano de 2021, quando executou apenas 31,19% do orçamento com a função esportes. Em seguida, volta a crescer nos anos seguintes atingindo 47,82% em 2023.

4. Considerações

Os achados desta pesquisa revelam que a parcela do orçamento total destinadas as secretarias de transporte, esporte, segurança pública, cultura e assistência social entre os anos de 2018 e 2023 é baixa (de 0 a 4% para cada secretaria). E ainda, mesmo destinando um valor pequeno, muitos municípios não executam todos esses valores orçados. Os resultados apontam que a assistência social é a maior prioridade orçamentária entre as secretarias analisadas, enquanto áreas como cultura e transporte têm recebido menor atenção em termos de destinação e execução de recursos. Esses resultados podem subsidiar políticas públicas que busquem uma distribuição mais equilibrada, dando maior atenção, principalmente, as áreas que têm sido negligenciadas no período analisado, como cultura e transportes. Esse estudo tem como limitações o pequeno número de municípios analisados, bem como, focou no orçamento de apenas cinco secretarias.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2024.